

Esta pesquisa tem o objetivo de analisar a luta pela anistia no Rio Grande do Sul entre os anos de 1975 e 1979, tendo em vista a atuação da seção sul-riograndense do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e do núcleo gaúcho do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). Tem como fontes entrevistas de História oral realizadas com integrantes do MFPA-RS e do CBA-RS e o arquivo organizado pelas dirigentes do MFPA-RS (que foi consultado no antigo Acervo da Luta Contra a Ditadura), composto por atas de reuniões, cartas, recortes de jornais, documentos do CBA, etc. Quanto ao referencial teórico, destacam-se as discussões sobre memória e esquecimento, espaço instituído e instituinte, cidadania e justiça de transição. Alguns dos problemas de pesquisa que este trabalho se propõe a responder são: Como a luta pela anistia se desenvolveu no Rio Grande do Sul? Como ela se relaciona com a luta pela anistia em nível nacional? Como as entidades envolvidas na luta se organizaram e se relacionaram? Quais foram os significados e o sentido que a luta pela anistia assumiu para estas entidades e seus integrantes e de que forma o termo 'Anistia' era concebido por eles? O que ocorreu com o movimento após a Lei de Anistia de 1979? Entre algumas das conclusões alcançadas até o momento destacam-se: a de que a luta pela anistia passou por momentos distintos, podendo ser dividida em três períodos: a fase pioneira, a de consolidação da luta e a fase do enfrentamento com o projeto de lei de anistia da ditadura; que a luta pela anistia não se encerrou com a lei de 1979, mas permanece até a atualidade; e que o termo 'Anistia' comportou uma pluralidade de significados, podendo ser entendido como reconciliação da família brasileira, esquecimento, ou esclarecimento e punição dos crimes cometidos pela ditadura, variando conforme a entidade enfocada, o que possibilitou a análise e discussão dessas concepções.